

Parecer Conjunto das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e da Comissão de Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Resolução nº 001/2022, de 17 de janeiro de 2022, que fixa o Vencimento mínimo dos servidores da Câmara Municipal de Itaipaba, na forma que indica.

I – Relatório:

Trata-se do Projeto de Resolução nº 001/2022, de 17 de janeiro de 2022, de autoria da Mesa Diretora desta Augusta Casa, que fixa o Vencimento mínimo dos servidores da Câmara Municipal de Itaipaba, na forma que indica.

II – Fundamentação:

Verificamos se o Projeto de Resolução em epígrafe está de acordo com o positivado na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e nas demais legislações aplicáveis.

O Projeto de Resolução em comento, como já dito, fixa o Vencimento mínimo dos servidores da Câmara Municipal de Itaipaba para o ano de 2022, na forma que indica.

Destarte, a sua iniciativa é totalmente lícita, com fulcro inclusive nos arts. 72 e 73, V, do Regimento Interno e no art.º 27, § 5º, inciso I da Lei Orgânica de Itaipaba.

Outrossim, a Constituição Federal de 1988, em seu art. 7º, inciso IV, dispõe que:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

[...]

IV - **salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado**, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim; (Destacamos)

Neste sentido, a Medida Provisória de nº 1.091, de 30 de dezembro de 2021¹, conforme seu art. 1º, estabeleceu o valor do salário mínimo para o ano de 2022 em R\$ 1.212,00 (Mil e duzentos e doze reais).

¹ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1091.htm. Acesso em: 18/01/2022.

Assim sendo, **nada obsta a aprovação do presente Projeto de Resolução**, pois que o mesmo obedece ao disposto na Carta Magna brasileira e está de acordo com o normativo federal que estabeleceu o valor do salário mínimo para o ano de 2022.

Por fim, quanto à técnica legislativa, a matéria em questão mostra-se pronta para inserir-se no ordenamento jurídico municipal.

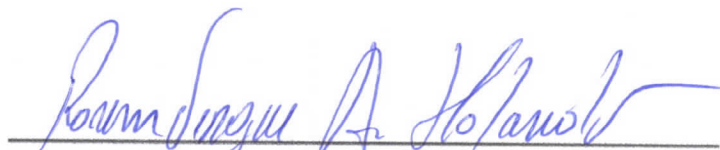
III – Opinião:

Em face do exposto, o Projeto de Resolução ora analisado reveste-se de boa forma legal, jurídica e de boa técnica legislativa e, no mérito, também deve ser acolhido.

Por isso, **opinamos pela tramitação e aprovação do Projeto de Resolução nº 001/2022**, de 17 de janeiro de 2022, de autoria da Mesa Diretora desta Augusta Casa.


É o Parecer.

Itaiçaba, 18 de janeiro de 2022.



Rosembergue Alves de Holanda

Relator da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.



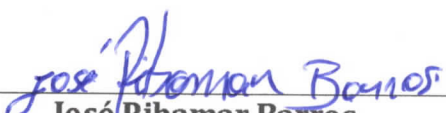
Sheila Pereira Damasceno

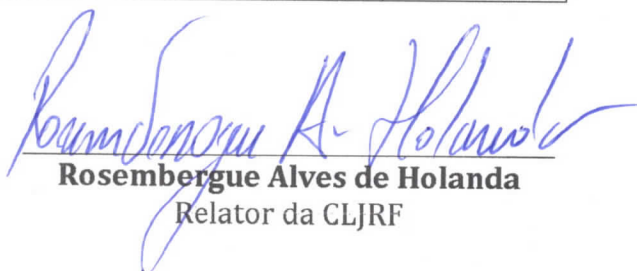
Relatora da Comissão de Finanças e Orçamento


VOTAÇÃO AO PARECER:

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:

José Ribamar Barros	A Favor Pela Aprovação	Contra	Abstenção
Rosembergue Alves de Holanda	A Favor Pela Aprovação	Contra	Abstenção
Luís Nilson Moreira Freitas	A Favor Pela Aprovação	Contra	Abstenção



José Ribamar Barros
Presidente da CLJRF



Rosembergue Alves de Holanda
Relator da CLJRF

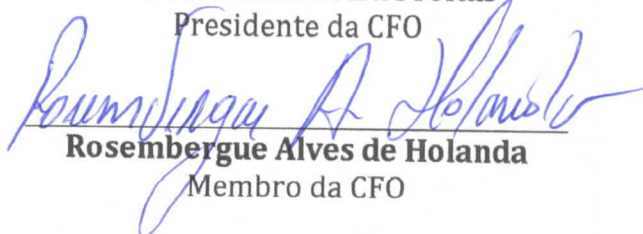

Luís Nilson Moreira Freitas
Membro da CLJRF

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

Luis Nilson Moreira Freitas	A Favor Pela Aprovação	Contra	Abstenção
Sheila Pereira Damasceno	A Favor Pela Aprovação	Contra	Abstenção
Rosembergue Alves de Holanda	A Favor Pela Aprovação	Contra	Abstenção


Luís Nilson Moreira Freitas
Presidente da CFO


Sheila Pereira Damasceno
Relatora da CFO


Rosembergue Alves de Holanda
Membro da CFO